



CONTROLE DE CUSTOS NA DEFESA CIVIL DE SANTA CATARINA: IDENTIFICAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO COM FOCO NOS CENTROS REGIONAIS

CONTROL DE COSTOS EN LA DEFENSA CIVIL DE SANTA CATARINA: IDENTIFICACIÓN Y CLASIFICACIÓN ENFOQUE EN CENTROS REGIONALES

Letícia Abreu Ramos¹.

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Av. Madre Benvenuta, 2037. Itacorubí, Florianópolis /SC, Brasil.
CEP: 88.035-001. Contato: leticia.abreu.ramos@gmail.com .

Fabiano Maury Raupp².

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Av. Madre Benvenuta, 2037. Itacorubí, Florianópolis /SC, Brasil.
CEP: 88.035-001. Contato: fabianoraupp@hotmail.com .

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Letícia Abreu Ramos y Fabiano Maury Raupp (2020): "Controle de custos na defesa civil de Santa Catarina: identificação e classificação com foco nos centros regionais", Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana (mayo 2020). En línea:

<https://www.eumed.net/rev/oel/2020/05/control-custos-defesa.html>

<http://hdl.handle.net/20.500.11763/oel2005control-custos-defesa>

Resumo: O artigo apresenta os resultados do estudo que teve por objetivo analisar os custos da Defesa Civil de Santa Catarina, com foco nos custos dos Centros Regionais. Diante da importância da Defesa Civil, torna-se indispensável um controle dos custos como forma de planejar e alocar melhor os recursos disponíveis frente à escassez de recursos públicos. Pressupõe-se que a implementação da sistematização dos custos na Defesa Civil é imprescindível para a elaboração do orçamento, controle gerencial, tomada de decisões, sucesso do planejamento, eficácia das ações assim como para o fornecimento de informações fidedignas ao Estado e população. Segregar o custo total de uma estrutura é relevante para se compreender quais itens detêm maior representatividade percentual perante os demais, de modo a analisar sua necessidade e viabilizar uma possível redução ou mesmo remanejamento de custos, além de contribuir na previsão dos custos de manutenção para os próximos anos. Vale ressaltar que a Sede da Defesa Civil é o centro de todas as estruturas, pois comanda suas operacionalizações. Nesta linha de segregação, torna-se relevante identificar os custos dos Radares, Barragens e Centros Regionais. Considerando a expressividade do montante, optou-se por apresentar neste artigo o custo total anual de manutenção dos Centros Regionais.

Palavras-chave: Controle de custos. Defesa Civil. Centros Regionais.

Resumen: El artículo presenta los resultados del estudio que tuvo como objetivo analizar los costos de la Defensa Civil en Santa Catarina, centrándose en los costos de los Centros Regionales. Dada la importancia de la Defensa Civil, es esencial controlar los costos como una forma de planificar y asignar mejor los recursos disponibles ante la escasez de recursos

¹ Orientanda de Graduação em Administração Pública na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

² Orientador e Professor Associado da Escola Superior de Administração e Gerência da Universidade do Estado de Santa Catarina (ESAG/UDESC). Doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

públicos. Se supone que la implementación de la sistematización de costos en Defensa Civil es esencial para la preparación del presupuesto, el control de gestión, la toma de decisiones, el éxito de la planificación, la efectividad de la acción, así como para proporcionar información confiable al Estado y la población. La segregación del costo total de una estructura es relevante para comprender qué elementos tienen la representación porcentual más alta en relación con los demás, a fin de analizar su necesidad y permitir una posible reducción o incluso reasignación de costos, además de contribuir al pronóstico de costos de mantenimiento para años por venir. Vale la pena mencionar que la sede de la Defensa Civil es el centro de todas las estructuras, ya que ordena sus operaciones. En esta línea de segregación, es relevante identificar los costos de radares, presas y centros regionales. Considerando la expresividad de la cantidad, se decidió presentar en este artículo el costo total anual de mantenimiento de los Centros Regionales.

Palabras clave: Control de costos. Defensa Civil. Centros Regionales.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Atualmente a Defesa Civil de Santa Catarina possui uma estrutura e corpo de colaboradores adequados para o atendimento aos eventos ocorridos por desastres naturais, no entanto, esta condição nem sempre foi assim. Até meados do ano de 2017 possuía uma estrutura física limitada em tamanho, em que os setores e quadro pessoal não eram bem definidos, carecendo de uma melhor estruturação para que o serviço público fosse prestado de modo satisfatório e compatível com o elevado número de ocorrências ocasionadas pelos desastres naturais, registradas nos últimos anos em Santa Catarina. O aumento desta estrutura física e de quadro de colaboradores foi fundamental para o desenvolvimento de uma gestão de riscos mais abrangente. Todavia, acompanhada da nova e maior estrutura física e quadro pessoal, houve um aumento dos custos, principalmente relacionados à sua própria manutenção, tornando imprescindível uma sistematização e demonstração deles.

Mesmo após um aumento da estrutura física, de quadro de pessoal e de projetos para atendimento à população e localidades afetadas, houve uma redução das receitas advindas das fontes não controláveis. Tal redução estava relacionada ao teto dos gastos públicos, para limitação do crescimento anual das despesas primárias correntes do Estado, em decorrência das dívidas que cresciam cada vez mais, exigindo um acordo entre União e Estado para renegociação. Sendo assim, tal fixação do teto dos gastos, além de alongar o prazo para pagamento total da dívida para União, reduziu as prestações mensais até junho de 2018. À vista disso, é através do art. 4 da Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016 (BRASIL, 2016), que foi estabelecida tal limitação dos gastos do Estado por dois anos subsequentes, para o ano de 2018 e 2019, limitando o crescimento anual de suas despesas primárias correntes ao valor da inflação, aferido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou outro que venha a substituí-lo. Antes desse acordo, a Defesa Civil tinha uma expectativa de orçamento, que por sua vez foi reduzido no decorrer dessa negociação. Sendo assim, conforme estipulado no acordo do teto dos gastos públicos haveria uma redução das prestações mensais até junho de 2018, e tal medida foi seguidamente aplicada.

Diante da importância da Defesa Civil, torna-se indispensável um controle dos custos como forma de planejar e alocar melhor os recursos disponíveis, tanto em decorrência da escassez de recursos públicos, quanto para continuidade na prestação de seus serviços. Pressupõe-se que a implementação da sistematização dos custos na Defesa Civil é imprescindível para a elaboração do orçamento, controle gerencial, tomada de decisões, sucesso do planejamento, eficácia das ações assim como para o fornecimento de informações fidedignas ao Estado e população. Portanto, a implementação desta sistematização na Defesa Civil, além de favorecer o alcance das condições citadas, propicia o conhecimento acerca dos seus serviços prestados, de suas estruturas físicas, daquilo que os compõem. Neste sentido, o artigo apresenta os resultados do estudo que teve por objetivo analisar os custos da Defesa Civil de Santa Catarina, com foco nos custos dos Centros Regionais.

2 O CONTEXTO DOS DESASTRES NATURAIS EM SANTA CATARINA

Um dos eventos que ocasionou grandes danos a várias cidades do Estado foi o desastre no Vale do Itajaí em novembro de 2008 que, segundo Scherer e Cardoso Neto (2014), levou 14 municípios a situação de Calamidade Pública e 63 a Situação de Emergência. Neste ano, houve um total de 135 óbitos, 2 desaparecimentos, 78.656 desabrigados ou desalojados, o que representou 80.371 habitações danificadas. Quando comparado às habitações destruídas, o número é ainda mais substancial, representando em 2008 um total de 7.154 unidades para somente 1.103 unidades no ano de 2004, sendo que a média total anual foi de 551 unidades. Para tanto, a soma dos danos causados em habitações entre os anos de 1995 e 2014 totalizaram 1,8 bilhões de reais e somente no ano de 2008 o valor representou 55% deste total, ou seja, 957,5 milhões de reais (CEPED, 2016). Quando somado o total dos gastos no período de 1995 a 2014, relacionado aos danos materiais e prejuízos econômicos tem-se um valor relevante de 17,6 bilhões de reais. É um valor considerável quando se fala em gastos públicos, que poderiam ser reduzidos através do gerenciamento dos riscos e desastres com base na prevenção, preparação e minimização desses eventos (CEPED, 2016).

De acordo com os dados apresentados, pode-se observar que após o desastre natural ocorrido em 2008 no Vale do Itajaí houve a necessidade de um acompanhamento e gerenciamento das áreas de risco, com objetivo de diminuir os danos causados, bem como de preparar a população para estes eventos. Queiroz (2009) afirma que logo após a ocorrência do desastre no Vale do Itajaí houve a criação de um Grupo de Reação pelo Governo do Estado, com objetivo de prover assessoramento para avaliação e identificação das causas, efeitos e adoção de medidas preventivas às catástrofes naturais. Através deste grupo iniciou a viabilização, elaboração e implementação de técnicas para identificação das causas e aplicação de medidas preventivas aos desastres naturais no Estado de Santa Catarina.

No âmbito federal, a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010 (BRASIL, 2010), dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC), que tem como objetivo planejar, articular e coordenar as ações de defesa civil em todo o território nacional. Dispõe também sobre as transferências de recursos da União para Estados, Distrito Federal e Municípios para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução das áreas atingidas por desastre, e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas, além de outras providências. Ainda no âmbito federal, a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 (BRASIL, 2012), a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC) das competências de cada ente federado, dispõe também sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil (CONPDEC), autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres. No art. 2º da referida Lei, determina que é dever da União, Estados, Distrito Federal e Municípios a adoção de medidas necessárias à redução de riscos e desastres, ademais uma das diretrizes da PNPDEC é a articulação entre os entes para redução de desastres e o apoio às comunidades atingidas.

Com base nesta necessidade surgiu a intenção da criação de uma estrutura que visasse o acompanhamento e gerenciamento do território catarinense, principalmente das regiões de risco mais afetadas por eventos climáticos. Apesar de todo território brasileiro e regiões abrangentes como as de Santa Catarina não sofrerem com terremotos e furações de grande escala, não indica a distância da ocasião de desastres naturais de grande proporção que também destroem e desestabilizam as regiões afetadas e seus habitantes. As regiões mais afetadas geralmente são as de população de baixa renda, em virtude, por exemplo, da construção de habitações com problemas estruturais que se localizam em regiões de risco em que o impacto é maior. Para tanto, nessas situações ocorre um expressivo dispêndio inesperado por parte do governo tanto para acolher esta população por meio de assistência humanitária, quanto para reconstruir habitações e áreas que ficaram impossibilitadas de ser alcançadas.

3 CARACTERIZANDO A DEFESA CIVIL DE SANTA CATARINA

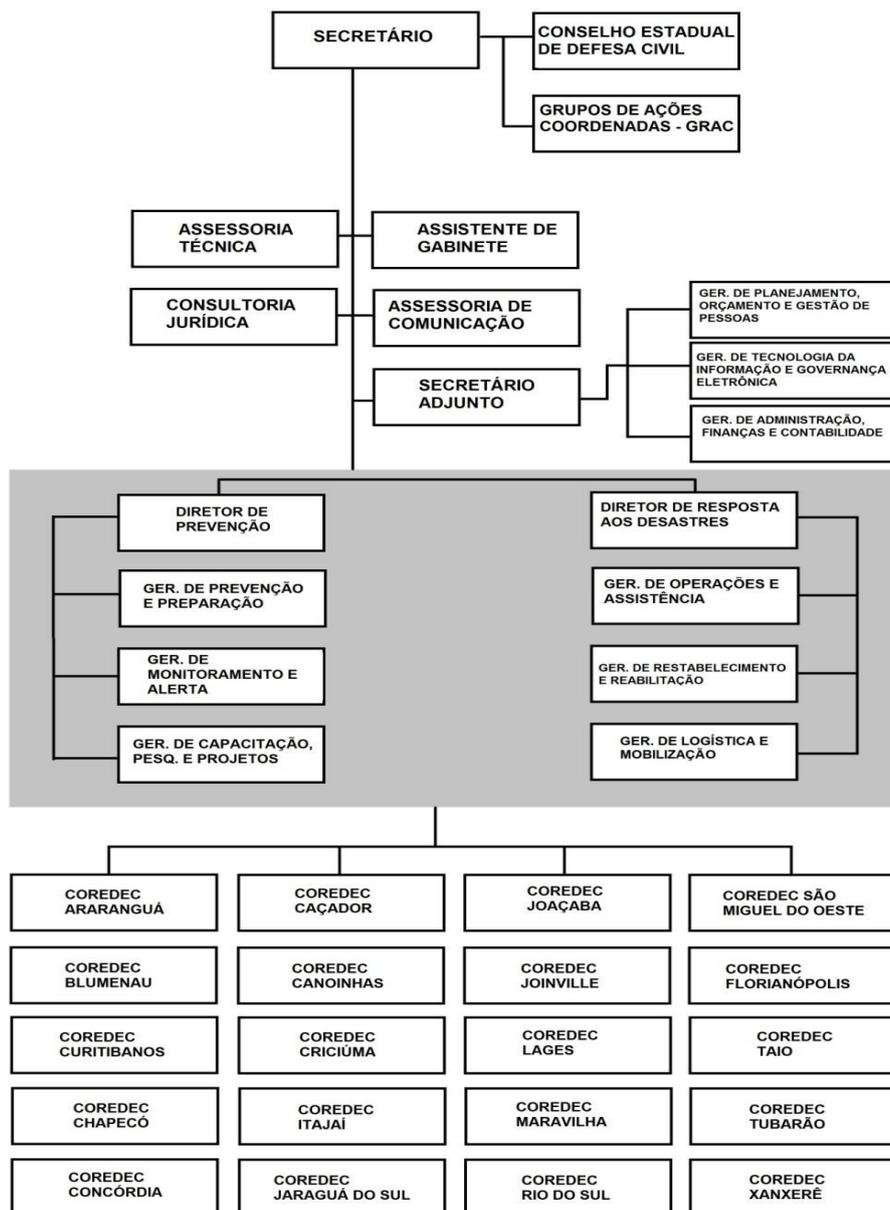
Diante da necessidade de uma estrutura que acompanhasse o Estado Catarinense, principalmente as regiões de risco em que são mais afetadas por eventos climáticos. A representação da identidade organizacional da Defesa Civil, das suas responsabilidades, objetivos e princípios são atribuídos à missão, visão e valores. Para isso, segundo referências

do *Relatório de Gestão da Secretaria de Estado da Defesa Civil de 2017* (SDC, 2018), a missão, visão e valores da Secretaria são:

- a) *Missão*: "Ser uma instituição de excelência na emissão de alertas, articulação e coordenação de ações de proteção e defesa civil".
- b) *Visão*: "Coordenar e articular ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, evitando ou mitigando desastres, com o propósito de proteger a vida e o patrimônio do cidadão catarinense estabelecendo uma sociedade mais resiliente".
- c) *Valores*: Assertividade, Comprometimento, Ética, Eficiência, Cooperação, Impessoalidade, Eficácia, Coordenação, Inovação, Confiabilidade, Disponibilidade e Proatividade.

A estrutura organizacional da Defesa Civil nesse período era composta, conforme organograma funcional contido na Figura 1, de acordo com a Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007 (SANTA CATARINA, 2007) de um Secretário de Estado e um Secretário Adjunto, uma Consultoria Jurídica vinculada ao gabinete, duas diretorias, sendo uma de Prevenção e outra de Resposta aos Desastres. Ainda, vinculado ao Secretário Adjunto havia três gerências, à diretoria de Prevenção outras três gerências, a diretoria de Resposta aos Desastres mais três gerências, e a estas diretorias havia 20 (vinte) Coordenadorias Regionais vinculadas.

Figura 1 - Organograma funcional da Defesa Civil de SC – Lei. Complementar nº 381/2007

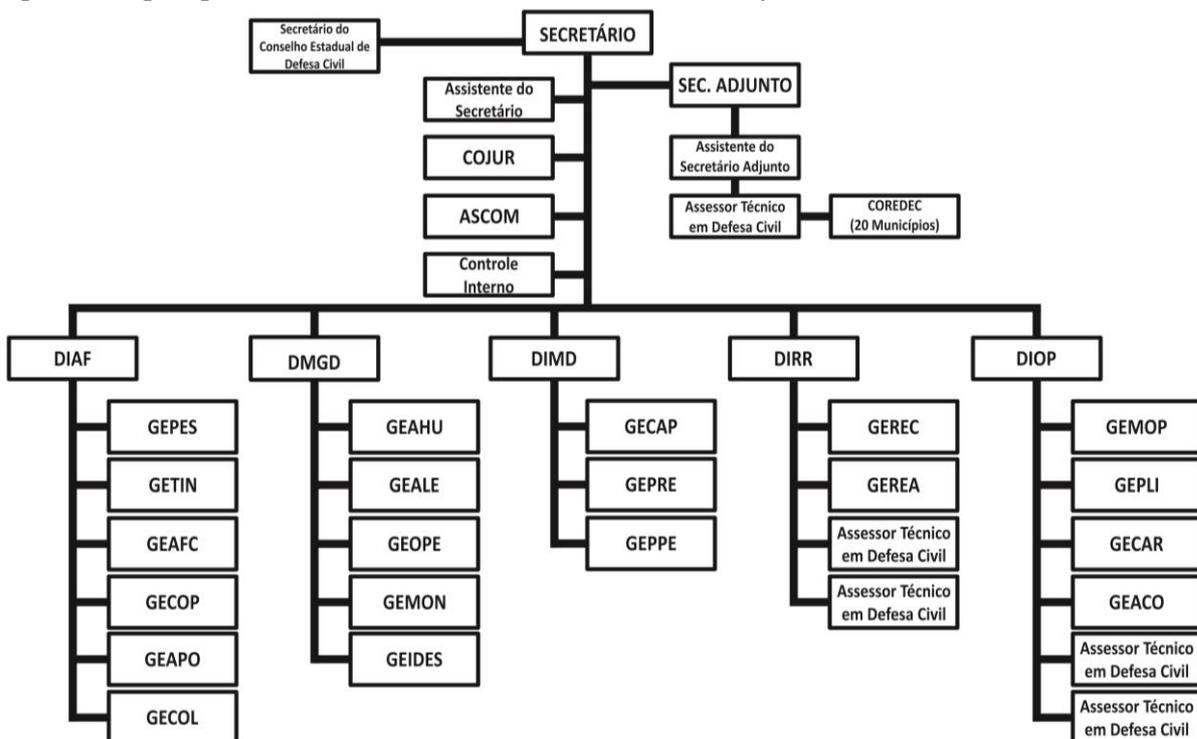


Fonte: Defesa Civil do Estado de Santa Catarina (2018).

A antiga estrutura da Secretaria contava com 90 (noventa) colaboradores no total, sendo 21 (vinte e um) civis, 2 (dois) policiais civis, 24 (vinte e quatro) bombeiros militar. Havia também 12 (doze) policiais militares, sendo 4 (quatro) ativos e 8 (oito) do Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública (CTISP), além de 28 (vinte e oito) terceirizados e 3 (três) estagiários. Apesar da estrutura da Defesa Civil demonstrar-se limitada operacionalmente diante da crescente demanda de projetos relacionados aos constantes eventos adversos ocorridos nos últimos anos, diversas ações foram executadas até o final do ano de 2017.

Todavia, de acordo com a exposição de motivos contidas no Projeto de Lei Complementar nº 41, de 14 de novembro de 2017 (SANTA CATARINA, 2017), havia uma limitação operacional em virtude da deficiência do número de servidores funcionais para execução da atividade finalística, além da necessidade de uma estrutura e ferramentas adequadas para desenvolver uma gestão de riscos mais abrangente. Para tanto, através da Lei Complementar nº 713 de janeiro de 2018, foi reorganizada uma estrutura nova, com um quadro maior de servidores, promoveria o cumprimento de todas as obrigações e competências estaduais estabelecidas legalmente, execução de futuros projetos de modo mais equilibrado mediante a distribuição de funções, bem como um melhor e qualificado serviço prestado à população.

Figura 2 - Organograma funcional da Defesa Civil de SC – Lei Complementar nº 713/2018



*

- ASCOM - ACESSORIA DE COMUNICAÇÃO
- COJUR - CONSULTORIA JURÍDICA
- CONTROLE INTERNO
- COREDEC - COORDENADOR REGIONAL DE DEFESA CIVIL
- DIAF - DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
- DIMD - DIRETORIA DE MINIMIZAÇÃO DE DESASTRES
- DIOP - DIRETORIA DE OBRAS PREVENTIVAS
- DIRR - DIRETORIA DE REABILITAÇÃO E RECONSTRUÇÃO
- DMGD - DIRETORIA DE MONITORAMENTO E GESTÃO DE DESASTRES
- GABS/GABA - GABINETE DO SECRETÁRIO / ADJUNTO
- GEACO - GERENCIA DE ACOMPANHAMENTO DE OBRAS
- GEAFIC - GERENCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
- GEAHU - GERENTE DE ASSISTENCIA HUMANITÁRIA
- GEALE - GERENCIA DE ALERTA
- GEAPO - GERÊNCIA DE PATRIMÔNIO E APOIO OPERACIONAL
- GECAP - GERENCIA DE CAPACITAÇÃO, PESQUISA E PROJETOS
- GECAR - GERENCIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS
- GECOL - GERENCIA DE CONTRATOS E LICITAÇÕES
- GECOP - GERENCIA DE CONVÊNIOS E PLANEJAMENTO
- GEIDE - GERÊNCIA DE INFORMAÇÕES DE DESASTRES
- GEMON - GERENCIA DE MONITORAMENTO
- GEMOP - GERÊNCIA DE MANUTENÇÃO E OPERAÇÕES
- GEOPE - GERENCIA DE OPERAÇÕES
- GEPES - GERENCIA DE GESTÃO DE PESSOAS E CAPACITAÇÃO
- GEPLI - GERENCIA DE ESTUDOS, PROJETOS E LICENCIAMENTO
- GEPPE - GERENCIA DE PRODUTOS PERIGOSOS
- GEPRE - GERENCIA DE PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO
- GEREA - GERENCIA DE REABILITAÇÃO
- GEREC - GERENCIA DE RECUPERAÇÃO
- GETIN - GERENCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GOVERNANÇA ELETRONICA

Fonte: Defesa Civil do Estado de Santa Catarina (2018)

A partir das atribuições de cada servidor de suas respectivas diretorias e gerências, entende-se que as gerências são indispensáveis à execução de todas as funções articuladas por cada diretoria. Desta forma, compreende-se que cada setor é importante e responsável na formulação e execução dos serviços a serem entregues pela Defesa Civil. Assim, a Diretoria Administrativa e Financeira (DIAF) e suas gerências são responsáveis desde os projetos do Plano Plurianual (PPA), Lei Orçamentária Anual (LOA) e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), estudos para obtenção de fontes de recursos, planejamento físico-financeiro e execução orçamentária e financeira, controle dos custos. Ainda, são responsáveis pela formalização de convênios, diretrizes pertinentes à licitação e contratos administrativos, gestão de frotas, patrimonial e almoxarifado, apoio tecnológico e técnico, ações que visam à garantia do direito e capacitação do trabalhador, dentre outras atribuições (SDC, 2018).

Relativo à Diretoria de Obras Preventivas (DIOP) e suas gerências, são responsáveis pela elaboração dos projetos e orçamentos das obras a serem executadas, da obtenção do licenciamento ambiental, da captação de recursos junto ao Governo Federal e Estadual, a execução, operação e manutenção das obras, bem como da prestação de contas dos recursos recebidos para execução dos projetos e outras (SDC, 2018).

A Diretoria de Minimização de Desastres (DIMD) e suas gerências são incumbidas à elaboração de pesquisas, projetos, seminários, oficinas, protocolos, realização de termos de cooperação com outros órgãos em vista da disseminação de informações constatadas de interesse geral e que visam a minimização dos prejuízos e danos ocorridos a partir de um desastres ambiental além de outras funções (SDC, 2018).

No que se refere à Diretoria de Monitoramento e Gestão de Desastres (DMGD) e suas gerências, são responsáveis na coordenação e a aprovação das demandas em cidades em situação de emergência ocasionada por desastres naturais, realizar planos e ações de assistência humanitária e logística. Ainda, são encarregados da pesquisa, planejamento e estruturação de processos de monitoramento e alerta, estimulando o fluxo de comunicação com população em geral e órgãos parceiros, bem como na disseminação de informações dentre outras atribuições (SDC, 2018).

A Diretoria de Reabilitação e Reconstrução (DIRR) e suas gerências são encarregadas nas ações pós-desastres, na elaboração e análise de planos de trabalhos e laudos geológicos. Ainda, a diretoria é responsável pela elaboração de projetos de kits de transposição de obstáculos, de pontes e cabeceiras, casas modulares para o restabelecimento e reconstrução de cenários e estruturas danificadas prestando assessoria aos municípios, dentre outras competências (SDC, 2018).

Para tanto, através do objetivo central da Defesa Civil que é a proteção e defesa do cidadão catarinense, segundo informações do Relatório de Gestão da Secretaria de 2017, a Defesa Civil atua nos seguintes seguimentos para o alcance desse objetivo, na área de prevenção, preparação, resposta, gestão de risco, reconstrução e recuperação, e a gestão de recursos hídricos. Tais seguimentos são segregados entre as diretorias e gerências citadas para execução dos serviços prestados à população.

O relatório aponta que as áreas de prevenção abarcam o conjunto de ações destinadas a reduzir a ocorrência e a intensidade de desastres naturais, por meio da avaliação e redução das ameaças e/ou vulnerabilidades, minimizando os prejuízos socioeconômicos, danos humanos, materiais e ambientais. Na área de preparação para desastres, compreende o conjunto de ações desenvolvidas pela comunidade e pelas instituições governamentais e não governamentais, com objetivo de minimizar os efeitos dos desastres, por meio da difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, bem como da formação e capacitação de recursos humanos para garantir o alcance do objetivo.

No que se refere à resposta aos desastres englobam o conjunto de ações elaboradas logo após a ocorrência de um desastre, incluem as atividades de socorro e de assistência às populações e região afetadas. A gestão de riscos de desastres compreende as decisões administrativas e de conhecimentos operacionais desenvolvidos pela sociedade para estabelecer medidas e estratégias com propósito de reduzir os impactos, danos e prejuízos provocados pelos desastres antes que ocorram (SDC, 2018). No que tange à reconstrução e recuperação, referem-se às ações elaboradas depois das ações de resposta ao desastre e com objetivo de recuperar a infraestrutura e a restabelecer os serviços públicos economia local e consequentemente o bem-estar da população. No entanto, a gestão dos recursos hídricos está relacionada à atuação preventiva e controle de cheias e de vazão de águas através da administração das barragens Norte, por exemplo (SDC, 2018).

4 CONTROLE DE CUSTOS NA DEFESA CIVIL

O estudo considerou os custos da Defesa Civil incorridos em 2018. Estes compõem gastos com manutenção que exigem uma demanda contínua de execução e, conseqüentemente, pagamento. Este custo total engloba a sede localizada em Florianópolis, os 20 (vinte) centros regionais situados em regiões estratégicas, as 3 (três) Barragens de contenção e os 3 (três) Radares Meteorológicos. Na composição dos custos totais da Defesa Civil, cabe apresentar alguns dos itens como forma de compreender sua utilidade, por exemplo, aqueles relacionados com "Assinatura e Anuidades" que compreende a assinatura anual de um jornal de circulação na região para ciência das notícias e reportagens relacionadas a ela mesma. Custos com "Diárias" são relativos a valores pagos aos servidores para cobrir um percentual das despesas necessárias na realização de serviços à Defesa Civil. Os custos com "Diário Oficial" são aqueles relacionados a publicações de atos e portarias e "Publicações no Jornal" são aquelas publicações de avisos de editais de licitação dentre outras exigidas para divulgação nos jornais de circulação local pela Lei de Licitações.

Os custos com Folha de pagamento incluem o pagamento de salários aos servidores públicos e cargos comissionados, aqueles relativos ao "Fornecimento" e "Gênero de Alimentação" correspondem ao fornecimento de café matinal, almoço e janta, concedido em caso de eventos adversos, necessitando de servidores 24 horas a disposição, bem como na compra de galões e garrafas de água, café, leite e açúcar. Os custos com terceirizados, apesar de não estarem incluídos na folha de pagamento, também se enquadram em custos com o quadro de pessoal, pois são responsáveis pelo apoio às atividades da Defesa Civil.

A "Gestão da Frota" que se refere ao pagamento sobre a utilização do Sistema de Gerenciamento de Veículos e Equipamentos e os custos com "Seguros" correspondem aos seguros obrigatórios DPVAT dos veículos da Defesa Civil. Os custos relacionados a "Link de fibra", "Óptico", "Tecnologia da Informação" e "Virtualização dos Servidores" são aqueles referente a prestação dos serviços de tecnologia da informação, comunicação e manutenção do cabeamento óptico, hardwares e conexões de rede de internet. A "Rede lógica" compreende as redes de telecomunicação de internet e de telefonia e os custeios com "Manutenção operacional" referem-se às empresas responsáveis pela execução de alguns dos serviços prestados pela Defesa Civil, como por exemplo, a manutenção dos sistemas mecânicos e elétricos das barragens de contenção.

Segregar o custo total de uma estrutura é relevante para se compreender quais itens detêm maior representatividade percentual perante os demais, de modo a analisar sua necessidade e viabilizar uma possível redução ou mesmo remanejamento de custos, além de contribuir na previsão dos custos de manutenção para os próximos anos. Vale ressaltar que a Sede da Defesa Civil é o centro de todas as estruturas, pois comanda suas operacionalizações. Nesta linha de segregação, torna-se relevante identificar os custos dos Radares, Barragens e Centros Regionais.

Considerando a expressividade do montante, optou-se por apresentar neste artigo o custo total anual de manutenção dos Centros Regionais. O centro regional de Araranguá custou em 2018 R\$ 71.443,29 para ser operacionalizado, cerca de 18,5% a menos do que a média de todos os centros regionais (R\$87.678,23). Vale ressaltar que o custo médio foi obtido através da soma dos custos anuais com todos os itens, dividido pela quantidade de regionais, e representam todos os custos diretos relacionados a cada centro. O custo com maior representatividade foi com Terceirizados, representando aproximadamente 65% do total dos itens, compreendendo um funcionário responsável pela parte administrativa e o outro pela parte de limpeza. A alta representatividade percentual do custo com Terceirizados ocorre pelo motivo da folha de pagamento não ter sido computada, pois há um único servidor ativo, originalmente do Corpo de Bombeiros, à disposição na Defesa Civil, portanto, seu salário é pago pelo órgão de origem, não somente, a regional não possui custos com água e energia elétrica em virtude de estar situado no complexo do DEINFRA.

O custo de manutenção do centro regional de Blumenau em 2018 foi de R\$ 84.856,66. O gasto com funcionários terceirizados foi também o mais expressivo em relação aos outros itens. Seus custos com água e energia elétrica somaram aproximadamente 10% do total, ademais, a regional de Blumenau teve o maior custo com água comparado aos outros centros, apesar de ser o sexto colocado em relação aos custos com energia elétrica.

O centro regional de Caçador custou em 2018 R\$ 109.482,74, ou seja, R\$ 21.804,51 a mais do que a média. Além dos custos com funcionários terceirizados que representaram cerca de 24% do total, houve um custo anual com folha de pagamento e Diárias de R\$

39.320,86, totalizando aproximadamente 36% sobre o total dos itens, pois diferente da maioria dos outros centros, a regional de Caçador possui um servidor em que é pago pela Defesa Civil. Em contraponto, os custos com energia elétrica e água representaram apenas cerca de 6%.

O centro regional de Canoinhas teve em 2018 um custo de manutenção estimado em R\$ 101.475,80, aproximadamente 16% a mais do que a média total de todos os centros regionais. O quadro de pessoal, responsável pela operacionalização da regional teve um valor expressivo com relação ao total, ou seja, o total pago com funcionários terceirizados e com servidores públicos à disposição somaram aproximadamente 57%. O consumo com energia elétrica e água representou em torno de 13% do total, ou seja, mais que o dobro do consumo da regional de Caçador, conforme citado anteriormente, em que representou 6% sobre o total.

O custo total anual da regional de Chapecó foi de R\$ 63.421,51, ou seja, 28% a menos do que a média anual de todos os centros. A folha de pagamento anual da regional foi baixa, pois apenas no mês de janeiro houve o pagamento de uma Função Especial Comissionada (FEC) ao único servidor à disposição na regional, passando a receber pelo órgão de origem. Ainda, foi possível perceber que o centro regional de Chapecó foi o terceiro mais econômico, atrás somente da regional de São Miguel do Oeste e Maravilha.

O centro regional de Concórdia custou em 2018 R\$ 80.287,35. O custo mais expressivo foi com funcionários terceirizados, que totalizou no ano R\$ 47.733,47, cerca de 60% do total dos itens. Outro custo representativo foi com a rede lógica, representando em torno de 23%, assim como os custos com água e energia elétrica que somaram mais 9% do total. Entre os centros regionais, foi o quarto que menos gastou com combustível para seus veículos.

O centro regional de Criciúma teve um custo total no ano de 2018 de R\$ 174.613,41, ou seja, quase o dobro em relação à média anual dos centros. O alto custo anual foi devido ao gasto com folha de pagamento, que representou cerca de 57% do total, sem considerar o custo com Terceirizados, pois o salário do servidor não é pago pelo órgão de origem, mas pela Defesa Civil de Santa Catarina.

O centro regional de Curitiba também não possuiu custos com água e energia elétrica pelo fato de estar cedido no Parque de Exposição Pouso do Tropeiro, onde os custos estão vinculados a ele, apesar disso, teve um custo de manutenção em 2018 de R\$ 85.317,51, um valor aproximado ao da média de todos os centros regionais. Foi um dos centros que mais gastou com Rede lógica, totalizando R\$ 25.636,92, ou seja, 30% do total, pouco menos que o dobro da média de todas as regionais, que foi de R\$ 14.293,13.

O centro regional de Itajaí custou no ano de 2018 R\$ 76.158,93, 13% a menos do que a média de todos os centros. No ano de 2018, a regional teve um custo com água de apenas R\$ 448,91, um percentual de 0,6% sobre o total, gastando 32% a menos do que a média dos centros que foi de R\$ 659,36. Ressalta-se que o faturamento de água iniciou-se em maio, e consumo mensal é baixo, ou seja, uma média de R\$ 56,11. Em comparação com os outros centros, foi a segunda que menos gastou com combustível para o veículo, que de acordo com as notas fiscais gastou anualmente R\$ 1.976,76, a uma média de todos os centros de R\$ 5.168,93,

O centro regional de Jaraguá do Sul custou em 2018, R\$ 77.757,88, ou seja, 11% a menos do que a média total de todos os centros. Explorando os dados obtidos através da análise das notas fiscais, a regional possuiu um percentual expressivo de custos com funcionários terceirizados, totalizando anualmente R\$ 46.882,87, cerca de 60% do total, tendo em vista, o baixo custo com impressões, totalizando apenas R\$ 53,07 mensais a uma média de R\$ 136,28 de todos os centros, bem como com os veículos, incluindo combustível, lavagem e manutenção somaram quase 9% do total do seu custo.

O centro regional de Joaçaba custou em 2018 um total de R\$ 82.476,67, ou seja, quase 6% a menos do que a média de todos os centros. O gasto total com água e energia elétrica foi de R\$ 7.748,11, representando cerca de 9% do total, e os custos com o veículo, incluindo, combustível, lavagem e manutenção somaram em torno de 7%. Em relação ao quadro de pessoal, os custos com funcionários terceirizados foram representativos, representando aproximadamente 59%, principalmente em virtude da folha de pagamento dos servidores, que semelhante a regional de Chapecó, em Joaçaba, até janeiro o servidor recebia uma Função Especial Comissionada (FEC), passando a receber pelo órgão de origem.

O custo de manutenção no ano de 2018 do centro regional de Joinville foi de R\$ 75.708,08, ou seja, quase 14% a menos do que a média anual dos centros. Do total, o gasto que deteve de maior representatividade foi com funcionários terceirizados que representaram cerca de 64% do total, tendo em vista a baixa representatividade da Rede Lógica que somou 13% do total e outros 6,5% com água e energia elétrica.

A regional de Lages teve um custo de manutenção no ano de 2018 de R\$ 76.528,90, cerca de 13% a menos que a média. Referente aos custos com a Rede lógica é considerado intermediário quando comparado aos dos outros centros regionais, totalizando anualmente R\$ 18.827,97, em relação a média dos centros que somou R\$ 14.293,13. Para a regional de Lages, o custo com a Rede Lógica representou quase 25% total. Uma resposta a isso é a ausência de custos com água e energia elétrica, em virtude de estar cedido no campus da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), sendo os custos vinculados a Universidade e o baixo valor pago no ano sobre folha de pagamento devido a extinção da FEC, passando ao servidor a receber pelo órgão de origem.

O centro regional de Maravilha custou para operá-lo em 2018 um total de R\$ 61.364,77, ou seja, 30% a menos do que a média anual dos centros. Um dos fatores foi o baixo custo anual com a Rede Lógica que totalizou R\$ 7.947,85, pelo fato da cobrança até maio ter sido em torno de R\$ 55,78, passando a partir disso para R\$ 1.095,57. A resposta está relacionada principalmente a um custo mínimo inicial, como também pela desistência de alguns órgãos em participar da divisão da rede, aumentando consequentemente o valor total para cada um. Ainda sobre a regional de Maravilha, outro fator que justifica o custo de operacionalização mais baixo em relação aos demais, é o custo com água e energia elétrica ser de aproximadamente 10% sobre o total, além da contratação de apenas dois postos de trabalho para o cargo de terceirizado, possuindo apenas um digitador e um servente, diferente da maioria dos outros centros que possuíram além dos dois postos citados, outro de zelador.

O centro regional de Rio do Sul possuiu um custo de manutenção no ano de 2018 de R\$ 86.133,42, um valor aproximado ao da média anual. O custo com água e energia representaram 7,5% do total e com a rede lógica mais 12% aproximadamente. Em relação ao total dos seus custos com o veículo, incluindo abastecimento de combustível, lavagem e manutenção de peças, somaram cerca de mais 19% sobre o total.

O centro regional de São Miguel do Oeste teve um custo de manutenção no ano de 2018 de R\$ 60.950,83, cerca de 30% a menos do que a média anual dos centros. O custo mais expressivo neste ano foi com funcionários terceirizados que representou cerca de 57% do total. Os custos com energia elétrica e água totalizaram em torno de 11% sobre o total, e com o envio de correspondências pelo correio cerca de 1%, que apesar da baixa representatividade, a regional de São Miguel do Oeste foi a segunda que mais gastou com envio de postagens, num total de R\$ 350,83, a uma média anual de todos os centros de R\$ 131,64.

O centro regional de Taió custou para ser operacionalizado em 2018, R\$ 123.086,44, ou seja, cerca de 40% a mais que a média dos centros. Os custos com folha de pagamento representaram 54% do total, sendo a segunda regional que mais gastou com folha de pessoal, em virtude de haver um servidor cedido em que o salário é pago pela Defesa Civil. Vale ressaltar que em comparação com os outros centros, a regional de Taió foi que menos imprimiu folhas na impressora, totalizando R\$ 28,78, enquanto a média foi de R\$ 136,28.

O centro regional de Tubarão teve um custo de manutenção em 2018 de R\$ 86.870,28, um valor muito aproximado ao da média de todos os centros. O custo mais expressivo foi com funcionários terceirizados, representando aproximadamente 52% do total, principalmente pelo baixo valor pago com a folha de pagamento dos servidores, devido a extinção da FEC recebida no início do ano, passando ao servidor a receber pelo órgão de origem. Ainda, foi a regional que menos gastou com Diárias, num total de R\$ 660,00 a uma média dos centros de R\$ 2.206,84.

A regional de Xanxerê possuiu um custo total de manutenção em 2018 de R\$ 87.951,81, praticamente o mesmo quando comparado à média. Os custos com energia elétrica totalizaram cerca de 12%, sendo a segunda regional que mais gastou com energia elétrica. Ademais, foi a que mais gastou com envio de correspondências pelos correios, ou seja, R\$ 388,16 a uma média anual dos centros de R\$ 131,64, não somente foi a segunda que mais imprimiu, somando R\$ 376,64 a uma média dos centros de R\$ 136,28.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para reduzir os efeitos causados pelos desastres, sejam eles econômicos ou sociais, foram construídas estruturas físicas, dispondo de profissionais capacitados para geri-las. Além da sede foram estabelecidos os centros regionais para dar suporte direto à população afetada, os radares para monitorar 100% da região e as barragens de contenção para controlar o efeito das intensas chuvas, que somente em um local, na sede, seriam improváveis resultados significativos. Assim como necessitou de recursos para a instalação destas estruturas, necessitará também de recursos para operá-las, pois a ampliação gera a necessidade de manutenção, aumentando conseqüentemente os custos.

Os custos mais representativos foram com o quadro de pessoal que representaram cerca de 60%, incluindo os custos com pessoal efetivo, cargos em comissão e funcionários terceirizados. Tal representatividade é explicada pela necessidade do aumento do número de colaboradores para gerir a quantidade de estruturas físicas estabelecidas, e que se justificam em decorrência do atendimento direto à população afetada, produzindo melhores e maiores efeitos. Os custos com manutenção predial, operacional e dos elevadores representaram apenas cerca de 10%, todavia serão superiores nos próximos anos em razão da manutenção continuada das estruturas serem recém-inauguradas.

A partir da análise dos custos dos Centros Regionais, percebe-se a oportunidade de redução de alguns itens. Em relação ao número de impressões realizadas nos diferentes setores das estruturas, por exemplo, foi observada uma disparidade. É válido considerar as diferentes necessidades de cada setor, podendo um necessitar de um número maior ou menor de impressões. Portanto, recomenda-se à Defesa Civil a redução no número de impressões que além de colaborar com o meio ambiente, reduz custos onerosos. A redução pode ser obtida através da conscientização dos colaboradores, incentivando o uso de processos digitais.

Da mesma forma, os custos com combustível para abastecimento dos carros foi também representativa. Atualmente a Defesa Civil possui 33 veículos, incluindo a Sede e centros regionais, o custo médio anual de cada veículo foi de R\$ 5.980,89, sem incluir gastos com manutenção e lavagem dos veículos. Apesar de ser um custo considerável mensal em virtude do uso frequente dos veículos para atendimento à população, recomenda-se uma gestão para frota de veículos em vista da redução desses gastos. A gestão da frota compreende o planejamento do uso dos veículos, em que por meio de planilha eletrônica ou sistema, os servidores que necessitam deverão informar o dia, hora e local que precisarão do veículo. Esta gestão possibilitará o compartilhamento dos veículos para regiões próximas, reduzindo o custo com combustível e conseqüentemente sua manutenção. Outra forma de reduzir custos com combustível e manutenção dos veículos é diminuir a frota, selecionando uma quantidade mínima necessária para uso em caso de emergência, principalmente em decorrência da função da Defesa Civil.

REFERÊNCIAS

BRASIL (2010): “Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010”. Dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres e de resposta e de recuperação em áreas atingidas por desastres e sobre o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2 dez. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12340.htm. Acesso em: 29 ago. 2018.

BRASIL (2012): “Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012”. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nºs 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2 abr. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm. Acesso em: 29 ago. 2018

BRASIL (2016): “Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016”. Estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal; e altera a Lei Complementar no 148, de 25 de novembro de 2014, a Lei no 9.496, de 11 de setembro de 1997, a Medida Provisória no 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, a Lei no 8.727, de 5 de novembro de 1993, e a Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, 29 dez. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp156.htm. Acesso em: 12 out. 2018.

CEPED - Centro de Estudos e Pesquisas em Engenharia e Defesa Civil (2016): “Relatório de Danos Materiais e Prejuízos Decorrentes de Desastres Naturais em Santa Catarina entre os anos de 1995 a 2014”. CEPED/UFSC, Florianópolis.

QUEIROZ, A. D. (2009): “Plano integrado de prevenção e mitigação de desastres naturais na Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí”. Fundação Agência de Água do Vale do Itajaí, Itajaí.

SANTA CATARINA (2007): “Lei Complementar nº 381, de 7 de maio de 2007”. Dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual. Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 7 abr. 2007. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2007/381_2007_Lei_complementar.html. Acesso em: 27 ago. 2018.

SANTA CATARINA (2017): “Projeto de Lei Complementar nº 41, de 2017”. Florianópolis, SC, out. 2017. Disponível em: http://www.alesc.sc.gov.br/expediente/2017/PLC_0041_5_2017_Original.pdf. Acesso em: 24 set. 2018.

SCHERER, K. R.; CARDOSO NETO, N. (2014): “Vulnerabilidade e resiliência: o desastre natural ocorrido no Vale do Itajaí em 2008 como irritação sistêmica para a criação da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - Lei 12.608/2012”. CONPEDI, Florianópolis.

SDC (2018). “Secretaria de Estado da Defesa Civil”. Florianópolis, SC, 2018. Disponível em: <http://www.defesacivil.sc.gov.br/>. Acesso em: 26 ago. 2018.